

PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Meiriane Nunes Amaro¹

Nossa morada azul encontra-se em uma encruzilhada que entrelaça desafios de ordem econômica, social e ambiental. O desafio econômico está na crise financeira mundial que se abateu sob as principais economias globais em 2008 e que vem se transmutando e persistindo, sem sinais claros de que possa ser resolvida por intermédio das usuais políticas fiscais e monetárias. O desafio social repousa no crescimento da desigualdade de renda verificada nas últimas décadas, inclusive nos anos de bonança da economia mundial, que, conjugada à elevação dos preços dos combustíveis e dos alimentos, resulta num contingente aproximado de 1,4 bilhão de pessoas que ainda se encontram em extrema pobreza. O desafio ambiental traduz-se na mudança climática, na desertificação e em várias outras limitações que conduzem ao esgotamento dos recursos naturais e dos alimentos essenciais à nossa sobrevivência, especialmente quando consideramos que o Planeta, que hoje abriga quase sete bilhões de pessoas, deverá ser a morada de nove bilhões de habitantes em 2050.

Só há um meio para sair dessa encruzilhada: inovando, transformando e reconstruindo o mundo do século passado em direção ao novo mundo do Século XXI. Um mundo em que os eixos de poder, de riqueza e de influência geopolítica se deslocam para economias emergentes, trazendo consigo a ascensão de imenso contingente da população mundial ao mercado consumidor de massa. Um mundo que deixa de perseguir apenas o desenvolvimento econômico, almejando, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que busca equilibrar o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental, de forma a atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Um mundo

¹ Consultora legislativa do Senado Federal. Mestre em Economia pela Universidade de Brasília e pós-graduada em Direito Legislativo pela Unilegis. Especialista em previdência social e economia do trabalho.

que busca a *produção e o consumo sustentáveis*, e é aí que chegamos ao objeto central deste artigo.

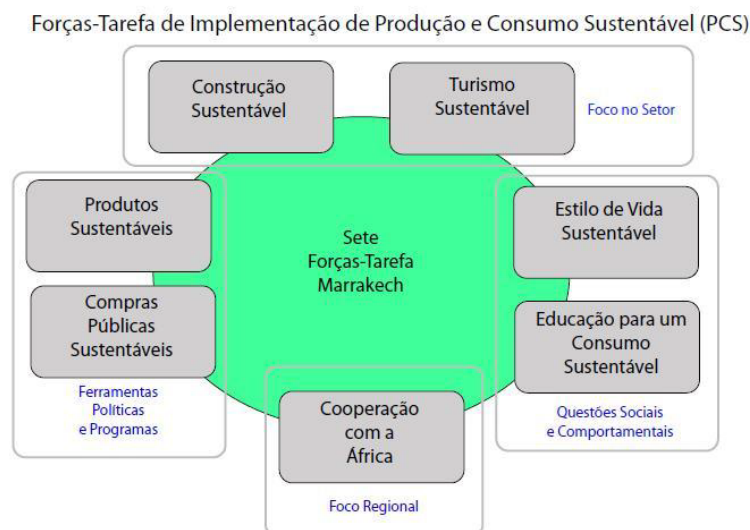
O conceito de produção e consumo sustentáveis (PCS)² vem sendo construído há duas décadas, embora resulte de um processo evolutivo iniciado nos primórdios dos anos 1970, quando parte do Planeta começou a envidar esforços em prol da chamada *produção mais limpa* (P+L), ou seja, a produção que utiliza menos recursos naturais e gera menos resíduos (ecoeficiente). No início da década de 1990, o *consumo sustentável* também começou a ser efetivamente considerado na construção de uma perspectiva mais ampla e sistêmica, na qual o foco muda: (a) da produção para o ciclo completo do produto (que vai da matéria-prima e da concepção do bem ao seu pós-consumo, que é quando não tem mais vida útil ou se torna obsoleto); (b) do consumidor como objeto para o consumidor como agente (consumo responsável); (c) de opiniões antagonistas para parcerias (entre governo, setor produtivo e sociedade civil); e (d) de regulação para iniciativas voluntárias.

A Agenda 21, acordada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, alçou o conceito de PCS à posição de destaque, enfatizando a necessidade de serem encontrados caminhos – mediante o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais – para reduzir a pressão sobre o meio ambiente causada por padrões insustentáveis de produção e consumo. Insustentáveis porque não podemos extrair mais recursos naturais do que a natureza é capaz de repor nem extrair indefinidamente recursos finitos, não renováveis, bem como descartar mais resíduos do que a natureza é capaz de assimilar.

Dez anos depois da Cúpula do Rio, o Plano de Johannesburgo (aprovado na segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10) instou a Comunidade Internacional a estabelecer um programa de ação de dez anos para apoiar iniciativas regionais e nacionais para a promoção de mudanças nos padrões de produção e consumo. Como resposta a esse chamado, teve início, em 2003, o chamado *Processo de*

² *Global Outlook on Sustainable Consumption and Production Policies – Tacking actions together*. United Nations Environment Programme (UNEP). 2012.

Marrakesh sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com duração de dez anos (*10 Years Framework Program*), estruturado em torno de sete forças-tarefa:



Hoje, tendo por base o *desenvolvimento sustentável*, os temas envolvidos em PCS pressupõem uma preocupação ética intergeracional. Considerando a aspiração legítima da maioria da população mundial de acesso a melhores condições de vida, o desafio é equacionar essas demandas com os limites do Planeta para abrigar uma população crescente. Integrar esses elementos é a questão central de como proporcionar serviços iguais ou superiores para atender aos requisitos básicos e às aspirações para melhoria da qualidade de vida, tanto da geração atual como das futuras, reduzindo continuamente os danos ao meio ambiente e os riscos à saúde.

Como todo processo profundo de mudança, a transformação da sociedade global rumo à adoção de práticas de PCS tem sido sobremaneira lenta, especialmente no que concerne ao consumo sustentável. Além disso, nos últimos dez anos, importantes tendências se consolidaram.

Em primeiro lugar, iniciativas visando reduzir a degradação ambiental mediante adoção de processos produtivos ecoeficientes foram compensadas ou revertidas pelo incremento geral da produção, gerado tanto pelo crescimento econômico mundial quanto pelo

consumismo crescente, com aumento dos resíduos e exploração intensiva de recursos naturais. Em segundo, embora se tenha passado a controlar melhor os efeitos ambientais envolvidos no processo produtivo (P+L), os problemas surgidos durante o uso dos produtos não foram adequadamente enfrentados (não adoção efetiva de políticas vinculadas ao consumo sustentável). Em terceiro, a transição de uma economia industrial baseada na manufatura para outra baseada na tecnologia conduziu à emergência e rápido desenvolvimento de novos setores que ainda não foram eficientemente enfocados (como os vinculados à biotecnologia e à nanotecnologia). Em quarto lugar, ficou evidente que as considerações ambientais ainda não estão sendo devidamente consideradas na grande maioria dos programas econômicos e sociais conduzidos ao redor do Mundo.

Em suma, há ainda um longo caminho a trilhar até que se consiga descolar desenvolvimento econômico de degradação ambiental, fazendo mais com menos, ao longo do ciclo completo dos produtos, e melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade de vida para todos. *Mais* (e melhor), no sentido da produção de bens e serviços, com *menos* impacto em termos do uso de recursos naturais, da degradação ambiental, do desperdício e da poluição.

Aproveitando a experiência e o conhecimento obtido com os programas gestados e conduzidos a partir do *Processo de Marrakesh*, o que se almejava, na terceira Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, era conferir dimensão política à estratégia de PCS, por intermédio da adoção de um *Pacto Global para Produção e Consumo Sustentáveis*. A intenção era que – resolvidas pendências conceituais e definições relativas a compromissos financeiros e de transferência de tecnologia, bem como acordados arranjos de execução – mecanismos concretos para implementação de programas fossem estabelecidos, com prioridade nas seguintes áreas: (a) compras públicas sustentáveis; (b) classificações de consumo e de eficiência energética que orientem os consumidores; e (c) financiamento de estudos e pesquisas para o desenvolvimento sustentável³.

³ – *O FUTURO QUE QUEREMOS (Esboço Zero)*. Organização das Nações Unidas (ONU), 10/1/2012. Disponível em <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/esboco-zero> (acessado em 31/5/2012).

– *DOCUMENTO DE CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA À CONFERÊNCIA RIO+20*. Brasília, 11/11/2011. Disponível em <http://www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20> (acessado em 31/5/2012).

Os programas de PCS, por seu turno, não devem ser governamentais, mas, sim, nacionais e regionais. Para que sejam efetivos, têm que contar com a participação do setor produtivo e da sociedade civil, por intermédio de parcerias e iniciativas voluntárias.

Ademais, dois tipos de instrumentos devem ser destacados. Por um lado, estão os incentivos econômicos passíveis de promover o desenvolvimento e a utilização das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais ao longo de todo o ciclo de vida dos bens e serviços, tais como os subsídios a produtos novos que gerem menor impacto ambiental (por exemplo, etanol em substituição à gasolina, transporte coletivo em substituição ao individual) e a tributação de práticas danosas ao meio ambiente. Por outro lado, estão as ações no campo da educação e da mídia, com vista a mudar padrões de produção e consumo, o que significa transformar hábitos, comportamentos e valores.

Esse último aspecto é especialmente evidente com relação à necessária mudança do comportamento consumista da sociedade atual, que pode ser definido como a orientação cultural que leva as pessoas a encontrarem significado, satisfação e reconhecimento a partir daquilo que consomem, por meio do elo que fazem entre o ser e o ter, levando-as a associarem o consumo com felicidade.

Tal alteração – ao lado de esforços para alongar a vida útil dos produtos e reaproveitar, ao máximo, insumos da reciclagem em novas cadeias produtivas – é de suma importância. Isso porque, além do consumo demandado para atender às necessidades básicas (comer, vestir, morar, ter acesso à saúde, lazer e educação) de uma população cada vez maior, nos defrontamos hoje com um padrão de consumo que está sendo globalizado e que se caracteriza por ser excessivo, pressionando ainda mais os recursos naturais da Terra e os serviços ambientais prestados pelos diversos ecossistemas.

Cabe, assim, buscar a adoção de práticas e comportamentos novos no seio da sociedade, no sentido de se voltar a comprar basicamente o necessário, de aumentar o uso de fontes de energia renováveis, de minimizar a geração de lixo, de adotar a abordagem de ciclo de vida aos produtos e serviços adquiridos, mudando hábitos, enfim.

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: conlegestudos@senado.gov.br

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:
www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html

Núcleo de Estudos
e Pesquisas

Consultoria
Legislativa



O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) brasileiro – resultado de um amplo processo de articulação, elaboração e consulta pública, a fim de se configurar como uma política de toda a sociedade⁴ – contém 17 temas básicos, que, de modo geral, enfocam os seguintes aspectos:

- (a) educação para o consumo sustentável, divulgação de conceitos, além de iniciativas na área de capacitação em PCS;
- (b) compras públicas sustentáveis (e eventual utilização de incentivos tributários), bem como adoção de agenda ambiental na Administração Pública (ações e exemplificação de práticas de sustentabilidade socioambiental);
- (c) inovação e difusão tecnológica em PCS (*ecodesign* e ecoeficiência);
- (d) maior reciclagem de resíduos sólidos e diminuição do impacto social e ambiental na geração e uso de energia;
- (e) setorialmente, prioridade para a inserção do setor varejista, da agricultura e do agronegócio e da construção civil no esforço de PCS, bem como a integração do sistema bancário (de modo que critérios de sustentabilidade sejam considerados na oferta de crédito e financiamento);
- (f) rotulagem ambiental que considere o ciclo completo de vida dos bens e serviços e estimule o consumo responsável, bem como rotulagem em prol da expansão sustentável do uso de biocombustíveis;
- (g) desenvolvimento de indicadores em PCS;
- (h) estímulo à criação e expansão de negócios/mercados com inclusão social e menor impacto ambiental, a partir da disseminação de novos produtos, processos, modelos e práticas corporativas;
- (i) integração de políticas em PCS e articulação nacional.

⁴ *PLANO DE AÇÃO PARA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS (PPCS), 2011-2014*. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=234>, (acessado em 31/5/2012).

Entre esses temas, seis são prioridades: a educação para o consumo sustentável, as compras públicas sustentáveis, a agenda ambiental na Administração Pública, o aumento da reciclagem de resíduos sólidos, o varejo sustentável e as construções sustentáveis. São essas áreas, portanto, as que deverão receber maior atenção do País nos próximos anos.

Constata-se, pois, que o Brasil vem se esforçando para progredir rumo à adoção de práticas de produção e consumo mais sustentáveis, embora ainda esteja longe dos patamares alcançados, por exemplo, nos países nórdicos e em outras sociedades mais desenvolvidas.